

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 321.973 euros e um total de capital próprio de 199.853 euros, incluindo um resultado líquido de 8.985 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA.” em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 20 de abril de 2022



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037

file



J. NEVES
Corretor de Seguros

RELATÓRIO, BALANÇO E
CONTAS

EXERCÍCIO 2021



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
Balanço Individual a 31 de dezembro de 2021.....	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	10
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio.....	11
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa.....	12
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	13
1. Nota introdutória.....	13
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	13
3. Principais políticas contabilísticas.....	15
4. Ativos fixos tangíveis.....	19
5. Outros ativos financeiros.....	20
6. Estado e outros entes públicos.....	21
7. Outros créditos a receber.....	21
8. Diferimentos.....	22
9. Caixa e depósitos bancários.....	22
10. Capital subscrito.....	22
11. Reserva legal e livre.....	22
12. Resultados transitados.....	23
13. Capitais próprios.....	23
14. Financiamentos obtidos e locações.....	24
15. Outras dívidas a pagar.....	25
16. Clientes e Fornecedores.....	25
17. Vendas e prestações de serviços.....	26
18. Subsídios à exploração.....	27
19. Fornecimentos e serviços externos.....	27
20. Gastos com o pessoal.....	28
21. Outros rendimentos e ganhos.....	28
22. Outros gastos.....	28
23. Resultados financeiros.....	29
24. Eventos subsequentes.....	29
25. Informações exigidas por diplomas legais.....	30
26. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	30



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de 2021, o relatório de gestão da sociedade comercial por quotas J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.

1 - CONDIÇÕES DE MERCADO

Continua a viver-se uma grande incerteza a nível mundial, agora ainda maior de que a que se viveu com a COVID-19. A guerra na Ucrânia vai com certeza criar efeitos devastadores na economia mundial, e principalmente na europeia. A falta de matérias-primas, o aumento constante dos preços da energia, combustíveis e seus derivados, vão levar a que as empresas passem por dificuldades significativas e os investidores estejam retraídos quanto a novos investimentos, sendo que algumas delas terão mesmo dificuldades de sobrevivência, sendo esta uma das maiores preocupações já manifestadas pelo nosso Governo.

A pandemia veio alterar em parte a nossa perspectiva de negócios e planos de atuação que haviam sido desenvolvidos e pensados. Fez-se sentir uma quebra no volume de negócios de cerca de 3.5%, muito menor do que expectávamos.

Quanto à guerra, ainda não conseguimos medir os reais efeitos no desenvolvimento da nossa actividade. De qualquer forma iremos continuar a laborar, adaptando-nos às contingências emergentes, para existir, subsistir e fazer face às necessidades da população dada a nova realidade económica e social.

2 - INVESTIMENTOS

A empresa tem adquirido o que é necessário e indispensável ao bom funcionamento da sua atividade.

Em 2021 surgiu uma oportunidade de negócio: a aquisição de um imóvel para arrendamento, a preço muito atractivo relativamente aos valores que têm vindo a ser comercializados.

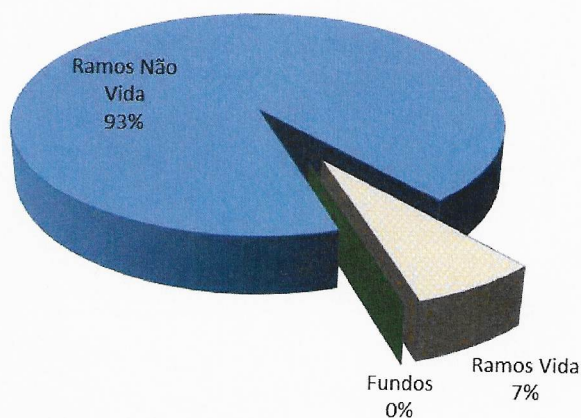
O objecto social da empresa não prevê qualquer outra atividade senão a medição de seguros, condição inicial de constituição de sociedade imposta pela entidade reguladora do sector. Contudo, pode dedicar-se a este tipo de investimentos. A empresa está consolidada, as taxas de juros estão convidativas e o mercado de arrendamento em alta.

Para o ano de 2022, vamos manter inalterada a nossa atuação, mantendo os níveis de contenção da despesa, não perdendo de vista o nosso objetivo principal e final que passa pela defesa dos interesses dos nossos segurados e apostando nas empresas seguradoras com mais qualidade a nível dos seus produtos e serviços, particularmente em matéria de regularização e celeridade na resolução de sinistros, conjugada com preço dos contratos de seguro.

3 – GANHOS E GASTOS - SÍNTESE DA ATIVIDADE

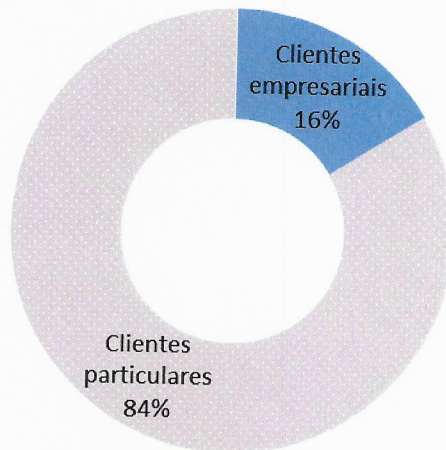
A sociedade apresenta-se no mercado como corretora de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Neste exercício o volume de negócios atingiu o montante de 137.236,15€ dizendo respeito ao desenvolvimento da atividade da empresa, unicamente, a mediação de seguros.

Constatou-se assim um decréscimo de cerca 3,5% relativamente ao exercício anterior. O Ramo Vida representou cerca de 7% do volume de negócios da empresa em 2021.

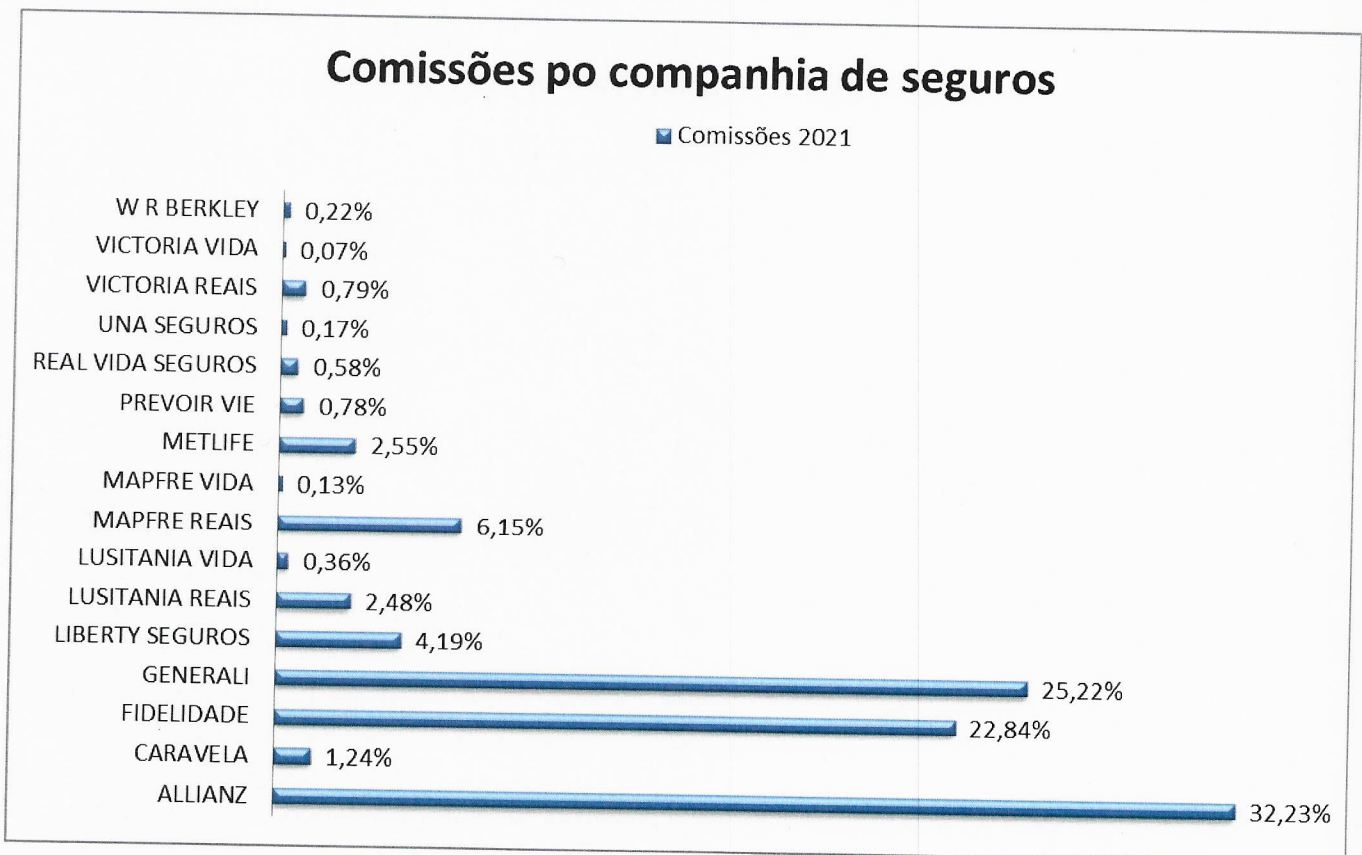


No que diz respeito à estrutura da nossa base de dados, nomeadamente clientes particulares e empresariais, este último tem um peso de cerca de 16% do volume de negócios da empresa.

J. Neves D.



Quanto às comissões recebidas por Companhia, a nossa carteira encontra-se assim distribuída:



Os gastos atingiram o montante de 120.925,16€ e os ganhos atingiram o valor total de 137.404,88€, o que originou um resultado líquido positivo após impostos de 8.985,28€.

Da análise aos ganhos e gastos merecem ainda relevo os seguintes pontos:

- Os fornecimentos e serviços externos têm um peso aproximado de 22% na estrutura de custos da empresa.
- Os custos com o pessoal têm um peso aproximado de 56% na estrutura de custos da empresa, e corresponde ao pagamento de salários, e respetivos encargos, em média a cinco pessoas.

4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

5 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como objetivo a continuidade da empresa, consolidando a posição competitiva de mercado, não obstante a situação provocado pela Covid-19, e muito recentemente o início da guerra na Ucrânia, que tem vindo a influenciar a atividade, modo de atuação, situação financeira e rentabilidade da Empresa.

Neste ano findo, registámos uma quebra de 3.5% no volume de negócios, um aumento de alguns gastos com o consumo de desinfetantes e materiais equipamentos de protecção individual, devido à pandemia, mas será sempre difícil quantificar os malefícios destas situações relativamente à nossa empresa, visto que os resultados apresentados num ano têm sempre influência do desenvolvimento e eficácia do trabalho/atividade desenvolvidos ao longo do tempo.

6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Cumprindo as respetivas disposições legais, referimos que à data de 31 de Dezembro de 2021 não existiam débitos ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo a Segurança Social, cujo pagamento estivesse em mora, dado que todos os impostos e contribuições têm sido pontualmente pagos.

No final do ano, existia uma situação pendente de resolução com a Segurança Social, relativo ao processamento e recebimento do lay-off de abril e junho de 2020, que à data de emissão deste relatório já tinha sido ultrapassada.

A empresa no decorrer da sua atividade tem em consideração as questões relacionadas com a preservação do meio ambiente, adotando as práticas necessárias para reduzir ao máximo possíveis danos ambientais.

7 – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência da sociedade propõe que o Resultado Líquido positivo apurado, no valor de 8.985,28€, seja assim transferido:

5% para Reservas Legais, o valor de 449,26€;

20% para Reservas Livres, o valor de 1.797,06€;

O remanescente, no valor de 6.738,96€, para a conta de Resultados Transitados.

8 – AGRADECIMENTOS

Finalmente queremos deixar uma palavra de apreço aos nossos clientes, fornecedores e banca, e a todos os colaboradores da empresa pela dedicação, competência e compreensão demonstrados.

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022

A Gerência,

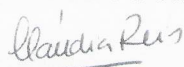
**J. NEVES**
Corretor de Seguros
a gerência


Balanço Individual a 31 de dezembro de 2021

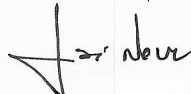
	<u>NOTAS</u>	<u>31 Dez 2021</u>	<u>31 Dez 2020</u>
ATIVO			
(Valores expressos em Euros)			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	221.620,35	87.710,00
Outros ativos financeiros	5	445,41	382,12
Acionistas/sócios		-	-
<i>Total do Ativo não corrente</i>		<u>222.065,76</u>	<u>88.092,12</u>
Ativo Corrente			
Inventários		-	-
Clientes	16	-	-
Estados e outros entes públicos	6	-	-
Outras créditos a receber	7	91.969,44	89.206,55
Diferimentos	8	613,99	532,60
Caixa e depósitos bancários	9	7.323,86	36.996,15
<i>Total do Ativo corrente</i>		<u>99.907,29</u>	<u>126.735,30</u>
Total do ativo		<u>321.973,05</u>	<u>214.827,42</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11	9.903,90	8.849,62
Outras reservas	11	28.387,02	24.169,89
Resultados transitados	12	102.576,63	86.762,40
		<u>190.867,55</u>	<u>169.781,91</u>
Resultado líquido do período	13	8.985,28	21.085,64
<i>Total do capital próprio</i>	13	<u>199.852,83</u>	<u>190.867,55</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	92.357,37	-
<i>Total do Passivo não corrente</i>		<u>92.357,37</u>	<u>-</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1.590,54	141,98
Estado e outros entes públicos	6	4.156,55	9.630,54
Financiamentos obtidos	14	9.645,41	-
Diferimentos		-	-
Outras dívidas a pagar	15	14.370,35	14.187,35
<i>Total do Passivo corrente</i>		<u>29.762,85</u>	<u>23.959,87</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>122.120,22</u>	<u>23.959,87</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>321.973,05</u>	<u>214.827,42</u>

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022

O Contabilista Certificado,



A Gerência,



**Demonstração dos Resultados por Naturezas
 no período findo em 31 de dezembro de 2021**

	<u>NOTAS</u>	<u>31 Dez 2021</u>	<u>31 Dez 2020</u>
(Valores expressos em Euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	17	137.236,15	142.161,26
Subsídios à exploração	18	-	2.667,60
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(26.800,57)	(38.335,08)
Gastos com o pessoal	20	(68.116,27)	(55.380,42)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	21	144,23	387,29
Outros gastos	22	(7.122,99)	(5.599,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		35.340,55	45.901,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(18.325,46)	(14.658,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.015,09	31.242,42
Juros e rendimentos similares obtidos	23	24,50	63,35
Juros e gastos similares suportados	23	(559,87)	-
Resultado antes de impostos		16.479,72	31.305,77
Imposto sobre o rendimento do período		(7.494,44)	(10.220,13)
Resultado líquido do período		8.985,28	21.085,64

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022
 O Contabilista Certificado,

Claudia Reis

A Gerência,

J. Neves

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transmidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	13	50.000,00	-	-	-	8.849,62	24.169,89	86.742,40	-	-	21.085,64	190.867,55	190.867,55	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos valores														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
TOTAL ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											8.985,28	8.985,28	8.985,28	
RESULTADO INTEGRAL											8.985,28	8.985,28	8.985,28	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
TOTAL OPERAÇÕES DE DETENTORES DE CAPITAL	12/13					1.054,28	4.217,13	15.814,23			(21.085,64)			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2021	13	50.000,00	-	-	-	9.903,90	28.387,02	102.576,63	-	-	8.985,28	199.852,83	199.852,83	-


(Valores expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transmidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2020	13	50.000,00	-	-	-	8.849,62	24.169,89	90.412,48	-	-	(3.650,08)	169.781,91	169.781,91	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos valores														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
TOTAL ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											21.085,64	21.085,64	21.085,64	
RESULTADO INTEGRAL											21.085,64	21.085,64	21.085,64	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
TOTAL OPERAÇÕES DE DETENTORES DE CAPITAL	13	50.000,00	-	-	-	8.849,62	24.169,89	86.742,40	-	-	21.085,64	190.847,55	190.847,55	-

(Valores expressos em Euros)

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022
 O Contabilista Certificado,

A Gerência,

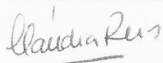



**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 do período findo em 31 de dezembro de 2021**

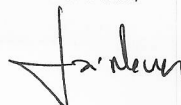
	NOTAS	31 Dez 2021	31 Dez 2020
(Valores expressos em Euros)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		131.420,62	117.891,40
Pagamentos a fornecedores		(13.696,90)	(33.025,42)
Pagamentos ao pessoal		(42.802,67)	(40.633,67)
Caixa gerada pelas operações		74.921,05	44.232,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(14.332,90)	(5.027,97)
Outros recebimentos/pagamentos		(39.404,25)	(12.736,06)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		21.183,90	26.468,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(152.235,81)	(1.611,05)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	5	(115,09)	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	225,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	5	51,80	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	63,35
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(152.299,10)	(1.322,70)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	14	144.783,78	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14	(42.781,00)	-
Juros e gastos similares	23	(559,87)	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		101.442,91	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(29.672,29)	25.145,58
Efeito das diferenças de câmbio			
		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	36.996,15	11.850,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	7.323,86	36.996,15

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022

O Contabilista Certificado,



A Gerência,





J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021**

(Valores expressos em Euros)

1. Nota introdutória

A empresa **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.** foi constituída em Janeiro de 2006 como empresa mediadora de seguros, tem a sua sede na Avenida da República, n.º 1786 – 1º Sala 1, em Vila Nova de Gaia.

Em Setembro de 2015 passou a sociedade corretora de seguros, categoria estabelecida pela entidade reguladora deste setor, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (EX - Instituto de Seguros de Portugal).

A empresa tem como atividade principal exclusivamente a mediação de seguros, conforme legislação vigente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e



os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.



Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25.000.00€, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,50% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2010, inclusive, e cinco anos a partir de 2015), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".



3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa.

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido da demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que procede à prestação de contas com a seguradora. Altura em que também procede à entrega do prémio líquido da comissão à respetiva Companhia de Seguros.



Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo:						
Edifícios e outras construções	86.545	151.210	-	-	-	237.755
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	50.000	-	-	-	-	50.000
Equipamento administrativo	11.108	1.026	-	-	-	12.134
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>149.801</u>	<u>152.236</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>302.036</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	24.909	5.160	-	-	-	30.069
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	25.000	12.500	-	-	-	37.500
Equipamento administrativo	10.034	665	-	-	-	10.700
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
	<u>62.091</u>	<u>18.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.417</u>

	31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo:						
Edifícios e outras construções	86.545	-	-	-	-	86.545
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	50.000	-	-	-	-	50.000
Equipamento administrativo	11.572	1.611	(2.075)	-	-	11.108
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>150.265</u>	<u>1.611</u>	<u>(2.075)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149.801</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	23.287	1.622	-	-	-	24.909
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	12.500	12.500	-	-	-	25.000
Equipamento administrativo	11.573	537	(2.075)	-	-	10.035
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
	<u>49.508</u>	<u>14.659</u>	<u>(2.075)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.092</u>

A empresa tem adquirido o que é necessário e indispensável ao bom funcionamento da sua atividade.

Em 2021 surgiu uma oportunidade de negócio: a aquisição de um imóvel para arrendamento, a preço muito atractivo relativamente aos valores que têm vindo a ser comercializados.

O objecto social da empresa não prevê qualquer outra atividade senão a medição de seguros, condição inicial de constituição de sociedade imposta pela entidade reguladora do sector. Contudo, pode dedicar-se a este tipo de investimentos. A empresa está consolidada, as taxas de juros estão convidativas e o mercado de arrendamento em alta.

5. Outros ativos financeiros

Em 1 de outubro de 2013 a Lei 70/2013, de 30 de agosto, criou dois fundos de compensação de trabalho, com o intuito de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e é calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos de Compensação	-	-	-	-	-	-
Outros investimento	382	115	(52)	-	-	445
	<u>382</u>	<u>115</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>

As diminuições registadas nesta conta, dizem respeito ao pedido de restituição do fundo devido à saída da funcionária Eugénia Gomes.

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.771	8.615
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	71	95
Segurança Social	2.257	913
Outros impostos e taxas	58	8
	<u>4.157</u>	<u>9.631</u>

7. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-2021</u>		<u>31-Dez-2020</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	4.400	-	-
Seguradoras	-	4.850	-	-
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Outros	-	82.720	-	86.539
	<u>-</u>	<u>91.969</u>	<u>-</u>	<u>86.539</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>91.969</u>	<u>-</u>	<u>86.539</u>

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Diferimentos (Ativo)		
Acrescimos de rendimentos	-	-
Seguros pagos antecipadamente	614	533
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>614</u>	<u>533</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
Outros acrescimos de custos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Caixa	697	482
Depósitos à ordem	6.627	33.514
Outras	-	3.000
	<u>7.324</u>	<u>36.996</u>

10. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2021, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota com o valor nominal de cinquenta mil Euros.

11. Reserva legal e livre

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

É política da empresa constituir reservas livres, de 20% do resultado líquido do exercício. Esta conta apresenta um montante de 28.387,02€ e não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, 30 de Abril de 2021 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e foi decidido que o resultado líquido positivo apresentado nesse exercício económico, no valor de 21.085,64€, fosse transferido assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 1.054,28€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 4.217,13€;
- o remanescente, no valor de 15.814,23€, para a conta de Resultados Transitados.

Será proposto na Assembleia Geral a realizar oportunamente, que o resultado líquido positivo no valor de 8.985,28€, seja assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 449,26€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 1.797,06€;
- o remanescente, no valor de 6.738,96€, para a conta de Resultados Transitados.

13. Capitais próprios

Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios foram os seguintes:

Variações nos capitais próprios	Saldo Inicial	Aumentos	Aplicações	Saldo Final
Capital subscrito	50.000	-	-	50.000
Prestações Suplementares	-	-	-	-
Reservas Legais	8.850	1.054	-	9.904
Outras Reservas	24.170	4.217	-	28.387
Resultados Transitados	86.762	21.086	5.271	102.577
Resultados Líquidos	21.086	8.985	21.087	8.984
	190.868	35.342	26.358	199.852

14. Financiamentos obtidos e locações

	31-Dez-2021		31-Dez-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras (i)	92.357	9.645	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	92.357	9.645	-	-

(i) Locações financeiras:

Locação financeira imobiliária n.º 2079083 contraída no Banco Novo Banco, S.A. para aquisição um imóvel localizado na Rua José Saramago, em Vila Nova de Gaia, para investimento. Teve início em 20/08/2021, no valor de 144.783,78€ e será pago em 120 meses (dez anos). Término previsto em 20/09/2031 com o valor residual de 2.910,15€.

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2021		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	144.784	2.196	142.588
Equipamento básico	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-
	144.784	2.196	142.588

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2021		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	9.645	1.562	8.084
1 a 2 anos	9.801	1.406	8.395
2 a 3 anos	9.959	1.248	8.711
3 a 4 anos	10.119	1.088	9.032
4 a 5 anos	10.282	924	9.358
Mais de 5 anos	52.196	2.079	50.117
	102.003	8.307	93.696

15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2021		31-Dez-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	8.346	-	9.057
Pessoal	-	3.638	-	-
Seguradoras	-	-	-	3.599
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	2.386	-	1.532
	-	14.370	-	14.188

16. Clientes e Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

Clientes	31-Dez-2021		31-Dez-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	-	-	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 Dez 2021	31 Dez 2020
Fornecedores conta corrente	1.591	142
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	1.591	142

J. Neves

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2021 apresentava-se como segue:

	<u>0-30 dias</u>
Fornecedores conta corrente	1.591
Fornecedores outros	-
	<u>1.591</u>

17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2020 e de 2021 foram como segue:

	<u>31-Dez-2021</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Intracomunitário</u>	<u>Total</u>
Vendas de mercadorias	-	-	-
Prestação de serviços	136.820	416	137.236
	<u>136.820</u>	<u>416</u>	<u>137.236</u>

	<u>31-Dez-2020</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Intracomunitário</u>	<u>Total</u>
Vendas de mercadorias	-	-	-
Prestação de serviços	142.161	-	142.161
	<u>142.161</u>	<u>-</u>	<u>142.161</u>

A sociedade apresenta-se no mercado como corretora de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Neste exercício o volume de negócios atingiu o montante de 137.236,15€ dizendo respeito ao desenvolvimento da atividade da empresa, unicamente, a mediação de seguros.

Constatou-se assim um decréscimo de cerca 3,5% relativamente ao exercício anterior. O Ramo Vida representou cerca de 7% do volume de negócios da empresa em 2021.

18. Subsídios à exploração

Em 2019, a empresa assistiu ao aparecimento da pandemia COVID-19 na Europa depois em Portugal e esteve de lay-off total durante três meses, de abril a junho. Foi solicitado e aceite apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho. A Empresa reconheceu todo o apoio concedido como ganho no ano de 2020, mas com os contratemplos e sobrecarga do serviço central, só em fevereiro de 2022 veio a receber o valor em falta.

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho	-	2.668
Outros subsídios	-	-
	<u>-</u>	<u>2.668</u>

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	14.103	26.402
Materiais	3.274	2.988
Energia e fluídos	1.992	1.053
Deslocações, estadas e transportes	1.202	1.733
Serviços diversos, dos quais:	6.230	6.160
Comunicação	2.167	2.254
Despesas de Representação	773	654
Limpeza, higiene e conforto	1.892	2.067
Outros	1.399	1.184
	<u>26.801</u>	<u>38.335</u>

20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	52.860	43.921
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	11.789	8.858
Seguros	440	329
Gastos de acção social	178	-
Outros gastos com pessoal	2.849	2.273
	<u>68.116</u>	<u>55.380</u>
N.º médio de empregados	<u>5</u>	<u>5</u>

21. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	370
Outros rendimentos e ganhos	144	17
	<u>144</u>	<u>387</u>

22. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez-2021</u>	<u>31-Dez-2020</u>
Impostos	2.949	3.375
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas	4.174	2.224
	<u>7.123</u>	<u>5.599</u>

O valor mensurado na conta de impostos, na sua maioria, diz respeito ao valor retido de imposto do selo incidente sobre as comissões não vida obtidas.

A rubrica "outros gastos e perdas", refere-se ao somatório de pequenos valores respeitantes a quotizações, correções relativas ao exercício anterior, despesas não devidamente documentadas e arredondamentos.

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2021, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	25	25
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	39
	25	63
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	560	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	560	-
Resultados financeiros	(535)	63

24. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

No decurso de 2020, deu-se a eclosão do surto pandémico provocado pela Covid-19 e que ainda tem vindo a influenciar a atividade, o modo de atuação, situação financeira e rentabilidade da Empresa. A guerra na Ucrânia vai com certeza criar efeitos devastadores na economia mundial, e principalmente na europeia. Face a estes circunstancialismos, não é posta em causa a continuidade das operações da empresa.

25. Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa que, no âmbito da alteração da empresa para corretor de seguros, foi prestada garantia bancária por ordem da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através do Banco Santander (antes Banco Popular), no valor de 18.760,00€.

Os honorários do Revisor Oficial de contas são de 1.000,00€ anuais acrescido de IVA à taxa normal.

26. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros (Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

❖ I. Informação respeitante à atividade de mediação de seguros ou de resseguros:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa.

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido da demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que procede à prestação de contas com a seguradora. Altura em que também procede à entrega do prémio líquido da comissão à respetiva Companhia de Seguros.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

NATUREZA		TIPO		
EM DINHEIRO	EM ESPÉCIE	COMISSÕES	HONORÁRIOS	OUTRAS REMUNERAÇÕES
137.236,15 €	- €	137.236,15 €	- €	- €

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramos "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida" e por origem

Ramo	31 - DEZ - 2021	31 - DEZ - 2020
Fundos de pensões	- €	- €
Ramo "Vida"	9.483,71 €	9.422,89 €
Ramos "Não Vida"	127.752,44 €	132.738,37 €
TOTAL	137.236,15 €	142.161,26 €

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

<u>Por entidade (origem)</u>	<u>31 - DEZ - 2021</u>
Empresas de Seguros:	100,00%
Allianz	32,23%
Generali	25,22%
Outras companhias	42,55%
Outros mediadores:	0,00%
Clientes:	0,00%

e) Valores das contas “clientes” no início e fim do exercício assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros

<u>Valores Conta Clientes/Segurados</u>	<u>31 - DEZ - 2021</u>
Saldo inicial	3.598,96 €
Saldo final	4.849,52 €
Volume Movimentado no exercício:	
Recebimento de Clientes/Segurados	177.215,79 €
Pagamento a Clientes/Segurados	10.106,74 €

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

<u>Por entidade (origem)</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiários:		
Prémios, estornos e indemnizações	- €	- €
Outros Valores	- €	- €
Empresas de seguros:		
Prémios, estornos e indemnizações	4.849,56 €	- €
Outros Valores	- €	- €
Empresas de resseguros	- €	- €
Outros mediadores	- €	- €
Cliente (outros)	- €	- €

h) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregadas por:

<u>Por Natureza</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>
(i) Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguros	0,00 €	0,00 €
(ii) Fundos de cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguros	0,00 €	0,00 €
(iii) Fundos que lhe foram confinados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	0,00 €	0,00 €
(iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	0,00 €	0,00 €
(v) Outras quantias com a indicação da sua natureza:		
- Saldo conta-corrente seguradoras	4.849,56 €	0,00 €
- Credores por acréscimos de gastos	0,00 €	0,00 €
- Outros / pessoal	0,00 €	0,00 €

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade

<u>Contas a receber</u>	<u>até 60 dias</u>	<u>entre 60 a 120 dias</u>	<u>entre 60 a 120 dias</u>	<u>mais de 120 dias</u>
Sem imparidade	4.849,56 €	- €	- €	- €
Com imparidade	- €	- €	- €	- €

i) Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissão de carteira de seguros

Não aplicável



k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais incluindo passivos contingentes

As obrigações da empresa J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda. para com as seguradoras referem-se exclusivamente a saldos de prestação de contas em que resulte quantias a pagar e ainda não liquidadas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a favor das seguradoras era nulo, visto que as prestações de contas foram efectuadas mesmo no término do ano.



❖ II. Informações a divulgar pelos corretores de seguros

a) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas

Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Código ASF	Companhia de Seguros	% Comissões
- €	3.344,07 €	40.887,49 €	1028	ALLIANZ	32,23%
- €	1.834,75 €	32.772,50 €	1197	GENERALI	25,22%
- €	1.683,02 €	29.660,69 €	1011	FIDELIDADE	22,84%
- €	- €	8.443,52 €	1145	MAPFRE REAIS	6,15%

b) Fundos recebidos pelo corretor com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

A empresa J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda. tem poderes outorgados pelas companhias de seguros para realizar cobrança de prémios aos clientes.

❖ III. Informação respeitante à distribuição de seguros e resseguros

a) Indicação do valor total dos fundos recebidos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

b) Indicação do valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2022

A Gerência,

 **J. NEVES**
Corretor de Seguros
a gerência
